

## A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* E A ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO

Gilberto Nazareno Telles Sobral<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O ethos, a imagem que um orador constrói de si no e pelo discurso, representa um dos principais meios de persuasão. Assim, este trabalho objetiva analisar a construção do ethos em um discurso político, a partir da concepção aristotélica, bem como dos deslocamentos integrados à noção de ethos pela Análise do Discurso, além do estudo da argumentação a partir dos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação: a Nova Retórica, de Chaim Perelman e Lucie Obrechts-Tyteca. Esta pesquisa permitiu, mais uma vez, comprovar que o ethos constitui-se numa das mais importantes provas utilizadas para a persuasão de um auditório, pois o sujeito marca-se no mundo não apenas pelo que diz, mas também pela maneira como o faz.*

**Palavras-chave:** *Ethos*; Discurso; Argumentação

### INTRODUÇÃO

Em todo processo argumentativo, o orador/locutor, além do conhecimento do mundo, constrói uma imagem de si, que, implicitamente, através do seu discurso, constitui um importante recurso de persuasão em relação ao seu auditório/alocutário. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a construção do *ethos* no discurso político, a partir da concepção aristotélica, na qual o caráter moral do orador constituía-se numa das mais importantes provas utilizadas para a persuasão de um auditório, bem como dos deslocamentos integrados à noção de *ethos* pela Análise do Discurso, além das estratégias argumentativas, a partir dos pressupostos teóricos da Teoria da Argumentação: a Nova Retórica, de Chaim Perelman e Lucie Obrechts-Tyteca.

O *corpus* para análise, nesta pesquisa, é constituído de um pronunciamento do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, proferido em rede nacional de televisão, no dia 23 de junho de 2005.

### DESENVOLVIMENTO DO TEMA DO TRABALHO

Desde a Antigüidade Clássica até os nossos dias, os estudos em torno da linguagem têm merecido, de formas diversas, a atenção de vários estudiosos.

Por volta de 485 a.C, surge, na Sicília, a Retórica, empregada por aqueles que se dirigiam a um tribunal a favor ou contra uma determinada causa. Em 384 a.C, nasce Aristóteles, um dos principais responsáveis pela valorização da Retórica, que a definia como "a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" ([séc.IV a.C.], 1998, p.49).

Ao descrever as condições necessárias da produção do discurso, Aristóteles ([séc.IV a.C],1998) ressalta que à Retórica não interessa o conteúdo, ou seja, as idéias do orador e, sim, os meios por este utilizados para a adesão das idéias por parte do ouvinte.

O filósofo grego distingue em três tipos os discursos retóricos, de acordo com o objetivo

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras/ Professor Adjunto do Centro Universitário FIB e membro do Núcleo de Estudo da Análise do Discurso/NEAD; [gsobral@ufba.br](mailto:gsobral@ufba.br).

do orador: o discurso judiciário (voltado para o passado, procurando acusar ou defender em relação aos atos mostrados como justos ou injustos, é o discurso típico dos tribunais), o discurso epidítico (voltado para o presente, é o discurso comemorativo) e o discurso deliberativo (voltado para o futuro, procura persuadir ou dissuadir em relação a algo a ser feito, é o discurso técnico, político etc).

A técnica retórica de Aristóteles ([séc.IV a.C], 1998) consiste num dos principais recursos persuasivos dos quais se vale o orador para convencer o auditório. Os meios de persuasão classificam-se em técnicos - aqueles que o próprio orador inventa para incorporar a sua própria argumentação e que se repartem por três grupos: *ethos* (o caráter do orador – elemento fundamental, pois uma pessoa íntegra ganhará mais facilmente a confiança do auditório. Esta impressão que o auditório terá do orador não representa necessariamente o seu caráter real, mas a impressão que o orador dá de si mesmo para adquirir a confiança de seu auditório), *páthos* (a emoção que o orador conseguir promover nos seus ouvintes pode ser determinante na decisão a favor ou contra a tese defendida) e *lógos* (a parte mais importante da oratória, pois constitui o discurso argumentativo) - e não-técnicos – aqueles que existem independentemente do orador: leis, tratados, testemunhas, documentos etc.

Apesar de os três tipos de provas contribuírem para a argumentação, Aristóteles destaca a importância do caráter do orador, pois este lhe conferirá confiança perante seu auditório. Na Retórica Antiga, *ethé* corresponde às propriedades que todo orador revela implicitamente pela sua expressão. Aristóteles distinguia, inclusive, *phrónesis* (a aparência de pessoa moderada), *areté* (pessoa que demonstra falar com franqueza) e *eunóia* (a aparência de uma pessoa agradável). Na Retórica aristotélica, como afirma Osakabe (1979, p.141), “o caráter do orador é colocado em ação pela fala, isto é, enquanto orador, a fala é o único meio válido para que possa atingir sua finalidade de persuadir.” O orador, então, é incorporado pelo *ethos*, uma vez que o grau de credibilidade é uma função de seu caráter e da confiança a ele atribuída pelo auditório.

Contemporaneamente, algumas teorias lingüísticas modificaram a noção de *ethos*. A Análise do Discurso integra, por exemplo, à noção de *ethos* com um duplo deslocamento: o orador não mais define o tom do discurso em função dos efeitos que pretendia produzir em seu auditório, como na Retórica antiga, pois este não possui o controle de seu discurso, uma vez que o tom é produzido pela formação discursiva em que está inserido; o outro deslocamento é que, se a Retórica Antiga voltava-se ao discurso oral, a noção de *ethos* passa a ser aplicada ao texto oral e escrito. Conforme Maingueneau (2002, p. 98),

O texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito.

Desta forma, a figura do fiador constrói-se a partir dos indícios textuais, a quem, ainda segundo o autor (2002, 98), "são atribuídos um **caráter** e uma **corporalidade**. [...] O caráter corresponde a uma gama de traços psicológicos. Já a corporalidade corresponde a uma compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social".

Na perspectiva da Análise do Discurso, o *ethos* é um conjunto de atributos de um orador que pode ser associado à singularidade de uma pessoa ou de uma coletividade, daí o *ethos* individual e o *ethos* coletivo, ele aparece em qualquer troca verbal. Maingueneau desenvolve a noção de *ethos* articulada à de cena de enunciação, que, de acordo o autor (2002, p.87),

não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala.

A cena da enunciação é composta por três cenas: a cena englobante, a genérica e a cenografia. Segundo Maingueneau (2005, p.75),

A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático: literário, religioso, filosófico... A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma instituição discursiva: o editorial, o sermão, o guia turístico, a visita médica... Quanto à cenografia, ela não é imposta pelo gênero, ela é construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética etc.

A noção de *ethos* também é reformulada por Ducrot, uma vez que, conforme o autor (1987, p.189),

não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000, p.22), o discurso deve ser montado em função do auditório, definido como “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”. Os autores também destacam a importância da construção de uma imagem de si confiável por parte do orador em relação às suas crenças e valores, pois, assim, seu auditório tenderá a adaptar-se mais facilmente às teses apresentadas.

Seja na concepção aristotélica seja nas reformulações apresentadas pelas diversas teorias modernas, o *ethos*, como imagens do sujeito do discurso, é fundamental para validar toda enunciação. Através do estilo próprio, da competência lingüística, dos valores e crenças que surgem, implicitamente, no discurso, constrói-se uma representação daquele que enuncia, a qual é uma forma de exercer uma influência sobre o outro. Ressalta-se que as diversas formas de apresentar-se está diretamente ligada aos diversos papéis sociais assumidos por um indivíduo, que os constituem sujeitos.

## **ANÁLISE DO CORPUS**

Após as reflexões acerca da noção de *ethos*, demonstrar-se-á como este se constrói no e pelo discurso. Para análise, selecionou-se um discurso proferido em rede nacional de televisão pelo Presidente da República do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, em 23 de junho de 2005.

O AQUI da enunciação é o lugar social de onde o EU fala. O orador fala não apenas como homem público, mas como a maior autoridade política do Brasil.

O AGORA (momento da enunciação) está inserido num período de crise política do governo do Presidente Lula em virtude de denúncias de corrupção feitas pelo presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, deputado federal Roberto Jefferson, nas quais acusava o pagamento de uma alta quantia financeira por parte do governo, denominada de mensalão, a deputados de outros partidos em troca de apoio político.

Neste contexto, o orador/locutor, aquele que assume o papel do “eu” na cena enunciativa,

é o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, respaldado pelo fato de ter sido o presidente eleito com o maior número de votos na história política brasileira, depois de três derrotas consecutivas. Torneiro mecânico, trabalhador da indústria na região do ABC paulista, sindicalista, fundador do Partido dos Trabalhadores, o PT, ao qual sempre foi filiado, em virtude de sua origem, sempre buscou aproximar-se das classes sociais mais inferiores e, em particular, os trabalhadores.

O auditório/alocutário é o povo brasileiro, a quem o orador/locutor precisava posicionar-se diante das denúncias diárias de corrupção nos diversos meios de comunicação. Também é possível identificar outros receptores não-alocutários: os previstos pelo orador/locutor, como, por exemplo, profissionais de diversos meios de comunicação internacionais e os não-previstos pelo orador/locutor, como, por exemplo, qualquer telespectador estrangeiro cujo sinal de transmissão de um canal brasileiro chegasse a outros países.

### Texto para análise

Meus amigos e minhas amigas,

Hoje quero falar com vocês sobre um assunto muito sério: corrupção. Esse é um tema que, ao longo dos anos, tem significado um grande pesadelo para governantes e, ao mesmo tempo, uma grande vergonha para o povo brasileiro.

Quero começar esta minha fala dizendo duas coisas.

Primeiro: o corrupto deve ser sempre punido, e sempre de forma exemplar. Seja ele quem for, venha de onde vier, seja adversário ou aliado. Como todos sabemos, a corrupção é uma doença antiga. Mas muito podemos fazer contra esse câncer que corrói nosso país.

Segundo: se tem um governo que tem sido implacável no combate à corrupção, desde o primeiro dia, é o meu governo. Nunca o Brasil viu tanta gente importante e poderosa sendo presa por corrupção e por fraude contra os cofres públicos como agora: empresários, juízes, delegados, políticos, policiais e funcionários públicos graduados que há anos, às vezes há décadas, agiam impunemente.

Isso pode até dar a falsa impressão de que a corrupção tem aumentado, quando, na verdade, o que aumentou, e muito, foi o combate à corrupção e, em decorrência disso, aumentou naturalmente a quantidade de prisões e ações da polícia federal, que aparecem quase todos os dias na televisão e nos jornais.

Nestes dois anos e meio já foram presas 1.006 pessoas acusadas de corrupção. E a nossa polícia desbaratou redes do crime, responsáveis por desvios de bilhões e bilhões de reais; esquemas que existiam há muitos anos e não eram investigados.

Na verdade, nunca a Polícia Federal foi tão livre, ágil e eficiente como agora. E nunca o Ministério Público teve tanta colaboração para cumprir as suas obrigações constitucionais.

Tenho afirmado que o combate à corrupção é como uma casa onde há muito tempo não se faz uma limpeza de verdade, e onde muita sujeira está acumulada há muito tempo. Quando você começa a limpar, o que mais aparece é lixo: atrás da porta, debaixo dos móveis, dentro dos armários.

Esse é um governo que não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete. E garanto a vocês que, enquanto eu for o Presidente do Brasil, todos os órgãos do governo, os Ministérios, a Polícia Federal, todas as nossas instituições democráticas estarão, sempre, cada uma em sua área, empenhadas em examinar as denúncias, investigar, e se necessário for, punir exemplarmente.

O Brasil tem maturidade para corrigir seus próprios erros. Além disso, feliz do país que tem uma imprensa livre e democrática que a tudo pode acompanhar, fiscalizar e investigar. Sou daqueles que acreditam que a verdade sempre prevalece, mais cedo ou mais tarde.

Em momentos críticos como o atual, parece que tudo se nivela por baixo. Parece que todas as pessoas são iguais. Mas isso são apenas aparências.

Uma investigação profunda, como a que está sendo feita pela Polícia Federal, e agora reforçada pela CPI, logo, logo, para o bem do Brasil, saberá separar o joio do trigo, o bem do mal, a verdade da mentira. E garanto a vocês: se houver gente que tenha cometido desvios de conduta, usarei toda a força da lei.

Quando convidei um dos mais importantes juristas deste país, o doutor Marcio Thomaz Bastos, para ser ministro da Justiça, lhe entreguei também a missão de combater a corrupção com toda a firmeza e de todas as formas possíveis.

Para isso, dobrei o orçamento da Polícia Federal e determinei que no meu governo a polícia não iria agir politicamente, prendendo os pequenos e fechando os olhos para os grandes.

Cabe ao governo também se antecipar à corrupção, criando mecanismos de controle e de fiscalização para que ela não chegue a acontecer. É por isso que, logo que assumi o governo, criei um importante órgão, a Controladoria Geral da União, que, sob o comando do ministro Waldir Pires, já realizou mais de 7.500 auditorias em órgãos federais e tem feito o que nunca foi feito antes nesse país: fiscalizar os recursos federais que são repassados aos municípios brasileiros para que não haja corrupção.

E o resultado tem sido surpreendente: dos 700 municípios que já receberam auditoria, um grande número de prefeituras comete graves irregularidades de desvio de dinheiro, e já foram denunciadas ao Ministério Público.

Criamos também o portal da transparência que permite, por meio da Internet, que qualquer cidadão ou cidadã saiba, a qualquer momento, de várias informações importantes que dizem respeito à sua cidade como, por exemplo, quanto de dinheiro público federal foi enviado para a educação, para a moradia e para a saúde, quantas são e quais os nomes das pessoas que recebem o Bolsa Família. Se você tiver interesse em conhecer essas informações, é só acessar agora mesmo o site na Internet. Não precisa nem de senha.

É nossa intenção que o povo brasileiro seja estimulado a dar sua contribuição no controle e fiscalização. O Brasil precisa contar mais com a participação da sociedade e de suas lideranças no combate à corrupção.

O que faz um ser humano honesto é o seu caráter, os valores que aprendeu com seus pais e que transmite para seus filhos, não o poder político que eventualmente recebeu numa eleição, e que é absolutamente passageiro.

O meu compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro e com as instituições democráticas, é um compromisso de longo prazo. A minha luta é para que o desenvolvimento seja sustentável e duradouro, pois só assim criaremos empregos, distribuiremos renda e faremos justiça social. Não há nada que vá me demover deste caminho.

Tenho apenas dois anos e meio de governo, dois anos e meio, e durante esse pouco espaço de tempo, muita coisa já mudou neste país.

A economia está em ordem, as exportações continuam crescendo, o risco Brasil continua caindo, o comércio e a indústria continuam empregando, e uma grande quantidade de projetos sociais se estende por todo o território nacional.

E vejam: nos dois primeiros anos, arrumamos a casa e começamos a implantar os nossos projetos. Mas é exatamente daqui para frente que todo esse trabalho começa a aparecer e a mostrar seus resultados.

Já a partir do mês de agosto, vamos dar início ao projeto Rio São Francisco, que vai pôr um fim ao sofrimento de mais de 12 milhões de famílias nordestinas e acabar de uma vez por todas com a indecente indústria da seca, que se enchia de dinheiro às custas da miséria do povo.

O meu objetivo é claro: fortalecer o país, proteger os brasileiros mais pobres e fazer crescer a economia. Esse é o sentido maior que exige o espírito de colaboração, a mão estendida,

mesmo na diversidade de opiniões.

Acima de interesses particulares está o interesse nacional, a preservação e o aperfeiçoamento das instituições. Tenho certeza que o Congresso Nacional saberá apurar todas as denúncias e, ao mesmo tempo, continuará trabalhando para que os projetos de interesse do Brasil sejam discutidos e votados.

São esses os propósitos do meu governo, que estará sempre aberto para todos aqueles que estão buscando, verdadeiramente, o bem do nosso país e do povo brasileiro.

Muito obrigado e boa noite.

### **O *ethos*, a argumentação e a cena enunciativa**

Na cena enunciativa em análise, a cena englobante é o discurso político e a cena genérica é o pronunciamento em rede nacional de televisão. A cenografia é construída pelo próprio texto. Sendo o discurso político propício à diversidade das cenografias, o orador/locutor fala, num tom moralístico, como o homem que tem experiência e a credibilidade dos milhões de brasileiros que o elegeram.

Logo no início da enunciação, o vocativo utilizado pelo orador estabelece uma relação de proximidade com o auditório, o povo brasileiro, a quem o orador chama de **meus amigos e minhas amigas**. Num momento de crise moral vivido pela classe política do país, observa-se a importância do estabelecimento de um *ethos* de confiança, fundamental à validação do que será enunciado.

Em **Hoje quero falar com vocês sobre um assunto muito sério: corrupção. Esse é um tema que, ao longo dos anos, tem significado um grande pesadelo para governantes e, ao mesmo tempo, uma grande vergonha para o povo brasileiro**, destaca-se o emprego de dois indicadores de temporalidade: o **hoje**, que recorre à memória do auditório no sentido de que existiram outros contatos entre ele e o orador e, portanto, não apenas em momento de crise, e **ao longo dos anos**, que caracterizava o problema ora tratado como uma situação que não tinha origem no atual governo. Fato que o orador/locutor confirma, logo em seguida, ao denominá-lo de **doença antiga**.

Na seqüência da cena enunciativa, o orador/locutor apresenta os argumentos que fundamentam a sua posição diante da situação: a austeridade, pois defende a punição para aliados e adversários e o sentimento de justiça, uma vez que faz parte do senso comum que, no Brasil, apenas os desfavorecidos economicamente são presos, e este defende uma condenação para todos, inclusive daqueles que detêm poder e prestígio. Cria-se, então, a figura do herói, que defende os interesses da nação acima de interesses pessoais ou partidários, em contraposição ao anti-herói, todo governante que, na memória da população, agiu em defesa destes mesmos corruptos em detrimento dos interesses da nação.

Em **isso pode até dar a falsa impressão de que a corrupção tem aumentado, quando, na verdade, o que aumentou, e muito, foi o combate à corrupção**, observa-se a intenção do orador em dar ao auditório a garantia da seriedade do seu governo. Destaca-se a expressão retificadora **na verdade**, que orienta a argumentação num sentido contrário, pois tem o papel de trazer à cena argumentativa a versão do governo em relação aos fatos, e o intensificador **muito**, que funciona como reforço à posição do atual governo, a qual é referendada, logo em seguida, com **esquemas que existiam há muitos anos e não eram investigados**. Nota-se a intenção do orador/locutor de eximir-se de tal responsabilidade.

A argumentação é reforçada pela marca de temporalidade **nunca**, duas vezes empregadas, que traz à enunciação a existência de um novo tempo, de novas posturas, enfim, de uma outra forma de governar, já que, durante toda a campanha, reafirmava-se um sentimento de esperança em relação à qualidade de vida dos brasileiros. Outras marcas lingüísticas importantes são os

intensificadores **tão**, que na passagem **nunca a Polícia Federal foi tão livre** permite recuperar um não-dito – a influência de governos anteriores em importantes investigações, além de retomar a idéia inicialmente apresentada de um governo que não age por conveniência partidária e **tanta**, em **tanta colaboração**, que confirma uma mudança de paradigma, ou seja, o atual governo não apenas quer, mas também propicia as condições necessárias a uma mudança de comportamento. A idéia de um governo de ações enérgicas favorece a construção do *ethos* da competência e da firmeza nas ações e, portanto, da credibilidade daquele que enuncia. Sendo o grande símbolo de um governo que se propunha ao resgate da moralidade no cenário político nacional, a construção desta imagem é intencionalmente reafirmada durante todo o pronunciamento com as seguintes marcas lingüísticas: "...tenho afirmado...", "...esse é um governo que não tem jogado a sujeira para debaixo do tapete...", "...garanto a vocês, sou daqueles que acreditam que a verdade sempre prevalece...", "...usarei toda a força da lei...".

Observa-se em **tenho apenas dois anos e meio de governo, dois anos e meio** que o orador não quer apenas relacionar tempo e ações, mas, ao enfatizar, posiciona-se em relação ao tempo de governo, deixa subentendido, além da promessa de outras ações, o desejo e a necessidade da reeleição.

Quanto a sua posição no discurso, destaca-se que a enunciação é feita sempre em primeira pessoa do singular, que tem como efeito atribuir ao orador a origem pela responsabilidade do que é posto - **tenho afirmado, garanto, sou, convidei, entreguei, dobrei, determinei, criei**. No entanto, para falar do desejo de transparência nas atitudes do governo, o orador utiliza a primeira pessoa do plural – **Criamos também o portal da transparência que permite, por meio da Internet, que qualquer cidadão ou cidadã saiba, a qualquer momento, de várias informações importantes (...)** e uma forma pronominal de primeira pessoa do plural - **É nossa intenção que o povo brasileiro seja estimulado a dar sua contribuição no controle e fiscalização**. Percebe-se a intenção do orador em resgatar a credibilidade dos demais membros do governo, cuja imagem era posta em dúvida com as denúncias de corrupção. Na seqüência da cena enunciativa, ao enunciar **arrumamos a casa e começamos a implantar os nossos projetos**, reforça-se a idéia de unidade, de equipe que almeja mudança, que reaproxima o governo à ideologia de um novo tempo, do combate, de um partido que sempre fez oposição aos governos anteriores por discordar das injustiças sociais, características que as atuais oposições e até membros do Partido dos Trabalhadores acusavam o governo de distanciamento.

Finalizando a argumentação, ao declarar **são esses os propósitos do meu governo, que estará sempre aberto para todos aqueles que estão buscando, verdadeiramente, o bem do nosso país e do povo brasileiro**, o orador novamente se individualiza, assumindo uma posição denunciante e afirmando, implicitamente, que nem todos comungam com o governo o desejo de um país melhor, o que favorece a construção do *ethos* do homem público, que tem, além da competência administrativa, a competência ética, constituindo-se numa importante estratégia argumentativa, pois retoma a idéia principal – a denúncia da corrupção -, marcando com as últimas palavras do seu pronunciamento a existência de dois grupos políticos diferenciados: o composto pelos que não querem o bem do país e do povo, isto é, os corruptos, e, do outro lado, o governo, que combate tudo que não é benéfico ao país, inclusive a corrupção.

Para a adesão do auditório/alocutário, o orador/locutor prioriza o lugar da quantidade, uma vez que aquilo que estava sendo defendido beneficiaria toda a nação. Na cena argumentativa, o orador/locutor constrói a sua imagem como a do modelo a ser seguido, uma vez que, na sua conduta, evidenciava-se uma preocupação com o resgate da ética e da moralidade, mas utiliza também a argumentação pelo antipadrão, os corruptos, cujo comportamento precisa ser rejeitado. Além da argumentação pelo modelo e pelo antipadrão, percebe-se, finalmente, o caráter pragmático da argumentação, visto que estabelece uma relação de causa e conseqüência entre os fatos e o que era defendido diante do povo brasileiro.

## CONCLUSÃO

O sujeito marca-se no mundo não apenas pelo que diz, mas também pela maneira como o faz. A forma de dizer é uma maneira de revelar credibilidade, sinceridade daquele que enuncia. A partir do seu discurso, o orador cria imagens de si, assim como reafirma e rompe tantas outras existentes. É neste jogo de imagens que tudo que será dito merecerá ou não a confiança do auditório. Na cena enunciativa, evidencia-se quão necessária é a construção de vários *ethos* – do homem público, da credibilidade, da seriedade, da competência, da moralidade - para validar a argumentação.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Rev. Téc. da Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002 .

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. IN: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. SP: Contexto, 2005.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: M. Fontes, 2000.